

Educação: antígeno contra a violência

Gustavo Adolpho Vogel Neto

“(...) o homem só pode tornar-se homem pela educação” (Kant)

O fenômeno da violência perturba o espírito de todo ser humano, sobrepondo-se a qualquer outro que se possa incluir no rol das anomalias sociais de maior gravidade, a ponto de dizerem os estudiosos da matéria que a violência, num processo vicioso de morfogênese, é o embrião dos demais problemas que afligem a humanidade: *origem*, e não *consequência*, da própria miséria.

De fato, a experiência está a revelar que a agressividade nem sempre emerge das condições de vida insatisfatórias, ou mesmo hostis, como às vezes se apregoa. Não é agressivo apenas o pobre mas também, e muito frequentemente, o abastado, inclusive quando se faz detentor do poder econômico ou político. Daí os cartéis e os governos autoritários, que se impõem pela opressão.

Observe-se, por outro lado, que a violência tanto se exerce pelo emprego da força física como pela ameaça, pela intimidação. No primeiro caso, ela é perpetrada materialmente contra uma pessoa ou coletividade, para cercear-lhe a liberdade de agir segundo a própria vontade. No outro, ocorre a subjugação alheia mediante constrangimento, inibindo-se a capacidade volitiva daquele que sofre a agressão.

A violência física é sempre visível e, geralmente, constitui delito capitulado na legislação penal. Aí se incluem os crimes contra a vida (homicídio, em suas diversas modalidades), os crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão, etc.) e outros. Já a violência moral é sub-reptícia, porque golpeia, no indivíduo, o que ele tem de mais sagrado, a *dignidade*, que Schiller caracterizou como “*a expressão da liberdade da alma*”.

É lícito afirmar que esta última forma de violência, atingindo a autoestima da pessoa, pode ser bem mais ruínosa que a afronta corporal. Ela se configura, por exemplo, quando o Estado deixa de garantir ao cidadão os direitos que lhe são inerentes, tais como: o direito à educação, à saúde, à moradia, ao lazer, à segurança, ao *trabalho*, etc.

No que concerne ao *trabalho*, em especial, está longe de ser implementado o que recomenda a Declaração Universal dos Direitos Humanos: “*Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego*”.

Diga-se o mesmo das prescrições contidas na Constituição brasileira, consagrando o labor humano como direito fundamental de todo cidadão; a busca do pleno emprego como princípio medular da atividade econômica; e o trabalho como primado da ordem social, tendo por desiderato o bem-estar e a justiça, elementos basilares do regime democrático.

A falta de emprego assume, hoje, proporções alarmantes, dando ensejo ao crescimento do subemprego e ao incremento da prestação informal, incerta, precária, de serviços, que atinge, via de regra, aquelas pessoas sem qualificação profissional, submetidas, às vezes, a condições de trabalho degradantes, subumanas e mesmo análogas às de escravos. Tudo isso é clamorosa violência.

Até aqui cogitamos da violência regionalizada, que prolifera no âmbito de cada país. Mas há aquela, não menos odiosa, que se desenvolve entre Estados, os quais, a título de autodefesa, recorrem à luta armada, isto é, à guerra, para a salvaguarda de direitos subjetivos internacionais.

Heráclito vislumbrou na guerra “*a mãe e rainha de todas as coisas*”. Para ele, a *guerra* e a *justiça* simbolizam o *contraste* por meio do qual todo objeto, real ou irreal, físico ou imaginário, é concebido e chega ao seu desfecho, a morte. Essa visão, aliás, está implícita na ideia – adotada pelo filósofo efesiano – de que o *conflito*, a *contradição*, a *luta*, são a essência do *vir a ser*, do *devenir*.

Também Hegel atribuiu à guerra um “*valor cósmico*”, ao sustentar que ela representa o “*juízo de Deus*”, fazendo com que se consolide a supremacia de um povo, dotado de razão e de virtude, sobre outro, exânime ou esvaecido. Quer isso dizer: a guerra promoveria o triunfo dos melhores, daqueles que efetivamente demonstram capacidade de realizar o bem comum.

À margem dessas especulações filosóficas, cumpre admitir que a guerra é um desastre, colocando multidões em testilha e dizimando vidas humanas e acervos culturais. Não se pode encarar o estado de beligerância como um fato normal, assim como não se deve aceitar, com tranquilidade e resignação, a morte de pessoas acometidas de uma moléstia insidiosa.

Pois bem. Todo esse contexto, que envolve a questão do uso da força destrutiva contra seres humanos, importa numa certeza: só a educação é capaz de reduzir substancialmente a violência. Numa linguagem própria da Imunologia, só a educação tem o poder de gerar anticorpos específicos para conter a violência.

Como processo de desenvolvimento das potencialidades do homem, a educação, no dizer de Huxley, visa a formar seres humanos para a *liberdade* e para a *paz*, objetivos que se coadunam perfeitamente, eis que o exercício correto da *liberdade*, do direito de agir por si mesmo, é que propicia a consecução da *paz* tão almejada.

A educação para a *liberdade* orienta-se, principalmente, no sentido de assegurar ao indivíduo o melhor aproveitamento de suas vocações; enquanto a educação para a *paz* envolve conteúdo eminentemente social, procurando criar ou desenvolver na pessoa as condições físicas, intelectuais e morais exigidas pela sociedade de que participa.

Na educação para a *paz*, destaca-se um aspecto superior: a formação moral. Dela depende a apuração do sentimento de *dever* e de *responsabilidade*, assim como a assimilação dos padrões de comportamento, que tornam o indivíduo apto a se relacionar, acatando os direitos e as legítimas aspirações de seus semelhantes e viabilizando, por conseguinte, a sobrevivência pacífica do grupo.

Enfim, a educação é o único antígeno, que, introduzido no organismo social, pode enfrentar a violência, nulificando-a ou atenuando-a razoavelmente: ela humaniza, civiliza, aprimora os hábitos individuais e coletivos, e transforma os homens em disseminadores de felicidade. Nisso acreditava o príncipe dos humanistas, Erasmo de Roterdã, segundo o qual a educação constitui o mais valioso instrumento de “*purificação dos costumes*”.